

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM CONTEXTOS NÃO-FORMAIS: MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EDUCAÇÃO POPULAR

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo fazer um estudo etnográfico sobre dois espaços da Educação não-formal: o Cursinho Popular Marielle Franco da Rede Emancipa e o curso de formação Política Feminista e Transformação Social da Universidade Livre Feminista. Guiado por uma abordagem antropológica da ação educativa e utilizando o trabalho de campo para construir o estudo etnográfico, este trabalho analisa as práticas educativas desses contextos não-formais que atuam como movimentos sociais e produzem uma aprendizagem crítica entre as(os) educandas(as) e educadoras(es) a partir de uma abordagem pela pedagogia de Paulo Freire e pautando em suas ações políticas a luta pela Educação Popular.

Palavras-chave: Educação não-formal, Etnografia, Educação Popular, Política.

Juliette Scarlet Galvão Aires Santos¹

INTRODUÇÃO:

Este artigo é resultado de um estudo etnográfico em contextos de educação não-formal articulando reflexões a partir do encontro entre dois espaços de educação: o curso Política Feminista e Transformação Social pela Universidade Livre Feminista e o Cursinho Popular Marielle Franco, em Natal/RN, da Rede Emancipa. O encontro entre esses dois espaços aconteceu numa oficina sobre Feminismo realizada pelas educandas do curso da Universidade Livre Feminista no Emancipa em 15 de junho de 2019.

A Rede Emancipa é um movimento social nacional de Educação Popular que se articula como uma rede de cursos, populares e gratuitos, preparatórios para o ENEM cujo objetivo é oferecer às pessoas, em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que vieram de uma realidade periférica, uma alternativa popular de educação crítica.

Por acreditar que é preciso democratizar o acesso às Universidades Públicas, o Emancipa se organiza como um Curso Preparatório Pré-Enem para lutar pelo ingresso das classes populares no ensino superior. O Cursinho Popular Marielle Franco, um dos núcleos que compõem a Rede Emancipa, funciona em Natal/RN no *campus* da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) localizado no bairro Potengi da zona Norte de Natal.

A Universidade Livre Feminista é um projeto feminista nacional que se iniciou no espaço virtual, mas conta também com encontros educativos presenciais entre as redes de mulheres que se formam em cada cidade/estado do país. A principal bandeira de luta desse

¹ Mestranda do curso Antropologia Social pelo PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. scarletnichols13@gmail.com

movimento é a democratização da educação feminista. O feminismo aparece como práxis educativa e é a partir da utilização dos novos meios de comunicação, como a internet, que se pretende democratizar essa educação.

Algumas das atividades que a Universidade Livre Feminista (ULF) oferta para a formação das integrantes são os cursos de caráter semipresencial nos quais há os fóruns virtuais – dentro da plataforma da ULF – que servem para proporcionar o encontro, o debate e os conteúdos de caráter teórico sintetizados em apostilas. Além disso, as participantes dos cursos se articulam presencialmente (em cada cidade e estado) para debater sobre as temáticas e estudar os conteúdos.

O curso “Política Feminista e Transformação Social” foi um dos cursos ofertados pela Universidade Livre Feminista com duração da data de 15 de março a 26 de maio de 2019. Ao final desse curso, foi solicitado às educandas que realizassem uma atividade-extra sobre feminismo aberta a algum público de fora do curso com o intuito de transmitir e formular os conhecimentos apreendidos em novos espaços.

O Emancipa foi o espaço escolhido por também trabalhar dentro da área da Educação não-formal e a partir dos métodos pedagógicos de Paulo Freire que também é o referencial norteador para a ação educativa feminista da Universidade Livre Feminista. A atividade em formato de “oficina” se deu pela dinâmica que a equipe pedagógica e docente do Emancipa adota.

O Emancipa - Cursinho Popular Marielle Franco, funciona todos os sábados, no horário das 8:30h às 16:20h. Além das aulas que objetivam dar conta dos conteúdos exigidos pelo Enem, a equipe trabalha com atividades pedagógicas fora da sala de aula: as “oficinas” e os “círculos” que acontecem no tempo livre. Os temas das oficinas e círculos circundam em torno das problemáticas sociais, a organização interna do Emancipa, debates sobre a conjuntura sociopolítica e questões ligadas a movimentos sociais.

Assim, foi no espaço das “oficinas” que se realizou a atividade-extra do curso da Universidade Livre Feminista com a participação da educadora e de três educandas. A atividade foi realizada como uma “dinâmica”, pois o modelo da “oficina” deve funcionar como atividade integrativa e não como aula no modelo expositivo.

A motivação pela construção deste trabalho sobre o campo da educação não-formal decorre da necessidade de discutir sobre os processos educativos construídos extramuros escolares, dentro das organizações sociais e nos movimentos (GOHN, 2009), refletindo sobre a participação de segmentos organizados da sociedade civil nos processos de formação sociopolítica coletiva e na inserção dos setores da população postos à margem dos processos

educativos formais. Para tanto, é necessário compreender o que é essa área que ainda está em construção dentro do extenso campo da Educação.

A educação não-formal é uma área de conhecimento ainda em construção e pode ser compreendida como um processo com várias dimensões: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, a aprendizagem que capacita os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários e a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos uma compreensão de mundo crítica (GOHN, 2006), são alguns dos conceitos pelos quais se pode refletir sobre essa área da educação.

É importante não confundir com a educação informal que pode ser entendida como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização (com família, bairro, amigos, vizinhança) e é uma aprendizagem carregada de valores e sentimentos que são próprios e herdados (GOHN, 2006), ou seja, conhecimentos apreendidos a partir de uma dinâmica de vida construída em torno de um processo social afetivo. Uma outra diferença entre a educação não-formal e a informal, é que a primeira opera com uma intencionalidade na ação educativa, já a segunda ocorre em ambientes espontâneos no qual as relações sociais se desenvolvem a partir de afetos e pertencimentos.

A educação não-formal surge como um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivo (GOHN, 2009). É uma área da educação que busca construir um processo de aprendizagem crítico e problematizador a partir das realidades sociais dos sujeitos, educandas/os e educadoras/os, que constroem esses espaços.

Nesse sentido, a educação não-formal surge como um movimento social pela educação popular e, por conseguinte, os movimentos sociais pela educação feminista também constroem esse processo educativo.

Desse modo, este trabalho tem como intencionalidade construir reflexões acerca dessa nova área, analisando dois espaços de educação não-formal e quem são as/os sujeitos e movimentos organizados que os compõem. Objetivando, pois, compreender como se opera dentro da educação não-formal e quais as repercussões dos projetos da Universidade Livre Feminista e da Rede Emancipa.

METODOLOGIA:

O estudo etnográfico deste trabalho foi construído a partir de uma coleta de dados em dois espaços de educação não-formal. Por compreender a estreita e importante relação entre os campos da educação e da antropologia, principalmente na área da educação não-formal, o olhar

antropológico se fez necessário por proporcionar uma ampla visão com todas as interfaces que demandam uma pesquisa aprofundada.

Em uma pesquisa antropológica, o trabalho de campo funciona como a principal metodologia para se construir o estudo etnográfico. O trabalho de campo pode ser compreendido como uma vivência carregada de uma intensa dimensão de subjetividade, pois todo o trabalho de produção de conhecimento se passa através de uma relação subjetiva (BRANDÃO, 2007).

A relação interpessoal e a subjetividade são partes do método do trabalho de campo para construir uma etnografia a partir de uma abordagem antropológica. Brandão (2007) argumenta que o envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas em sua pesquisa de campo fornece os dados para um trabalho científico aprofundado.

Na antropologia, o método para o trabalho de campo no qual o próprio pesquisador observa e recolhe os dados sem intermediações é chamado de “observação participante”. Brandão (2007) vai além da “observação participante” e trabalha com a perspectiva de uma “pesquisa participante” que implica em tratar o envolvimento, entre pesquisador e pessoas pesquisadas, como material científico.

A “participação” do pesquisador em campo é concebida como uma convivência íntima e prolongada do pesquisador(a) com os sujeitos pesquisados (SILVA, 2006) proporcionando a(o) pesquisador(a) uma coleta de dados carregada de densidade e intersubjetividade. Assumir a dimensão das relações intersubjetivas na pesquisa, traz consigo questionamentos apontados por Silva (2006) como a necessidade do(a) antropólogo(a) refletir até que ponto a relação estabelecida com os sujeitos pesquisados afeta as interpretações produzidas no texto etnográfico.

Nesse sentido, a antropologia é uma ciência que não tem receio de assumir as falhas da postura adotada como “neutralidade científica”. As(os) antropólogas(os) buscam trabalhar com a subjetividade como método de pesquisa admitindo que uma pesquisa participante possibilita uma densidade maior na coleta de dados e uma profundidade em sua interpretação.

É necessário pontuar que nesta pesquisa há uma dimensão participativa e militante. Isso porque, nos dois espaços de educação, estive atuante não apenas como pesquisadora. No caso do curso da Universidade Livre Feminista participei como educanda, enquanto no cursinho da Rede Emancipa atuo como professora de Sociologia.

Por isso, como suporte teórico, recorri às leituras sobre a Metodologia de Investigação-ação Participativa (IAP) a partir da perspectiva trabalhada por Borda (2012). A Investigação-ação Participativa é uma produção, de pesquisadores latino-americanos, teórico-prática de

pesquisas engajadas em ações políticas de militância com o objetivo de produzir pesquisas críticas e comprometidas com a luta dos povos latino-americanos.

A produção do conhecimento a partir da metodologia IAP considera o histórico de como se constituiu as nações na América Latina e problematiza os cânones da ciência. Borda (2012) examina os processos de produção do conhecimento científico e trabalha com a perspectiva da ciência como um produto cultural humano que responde a necessidades coletivas e objetivos determinados por classes dominantes.

Nesse sentido, a Investigação-ação Participativa discute sobre a produção de uma ciência emergente (BORDA, 2012), que deve ser crítica a respeito da ciência produzida pelas classes hegemônicas, e comprometida com a luta dos povos latinos. Esse compromisso perpassa tanto o comprometimento com a produção de um conhecimento científico emergente dentro da disputa epistemológica com a ciência dominante, como também as lutas travadas no âmbito da sociedade civil. Desse modo, a Investigação-ação Participativa combina a pesquisa científica com a ação política e prática militante.

Além disso, há uma aproximação importante entre a pedagogia de Paulo Freire (adotada pela ULF e o Emancipa) com as reflexões de Borda (2012). Essa aproximação é discutida por Neto (2018) e aponta-se a IAP como uma modalidade de educação popular devido ao seu papel impulsionador de movimentos sociais de base (NETO, 2018).

Desse modo, sendo Freire o principal expoente da educação popular ao conceber a educação como prática da liberdade (FREIRE, 2014) e Borda um importante pensador da IAP, a Investigação-ação Participativa foi uma importante referência teórica para pensar minha atuação em campo.

Diante disso, a metodologia desta pesquisa teve enfoque qualitativo com o método da observação participante utilizando como recursos: vídeos e fotografias dos espaços e das pessoas transitando nesses espaços; a construção de um caderno de campo no caso da minha observação e coleta de dados no espaço do cursinho Emancipa; e entrevista com Shimene Scheid, educadora do curso da Universidade Livre Feminista.

DISCUSSÃO E RESULTADOS:

“A práxis educativa feminista é a nossa base metodológica. Nela, a experiência vivida a partir das relações sociais de gênero, de raça-etnia, de classe e as dimensões da sexualidade e geração tem um lugar central, fazendo valer a máxima “o pessoal é político”. A práxis educativa feminista, por sua vez, tem fortes referências na pedagogia de Paulo Freire, o que significa que acreditamos que o diálogo e a experiência dos sujeitos são geradores de um processo reflexivo e de autoconscientização voltado para uma ação política transformadora da realidade.”

O trecho acima foi extraído da plataforma virtual da Universidade Livre Feminista e é parte do conteúdo explicativo da formação que a Universidade oferece. A questão do referencial pedagógico freireano é um dos pontos em comum com a Rede Emancipa, pois os métodos de ensino freireano são norteadores para ambos os projetos de educação.

O curso que participei neste ano foi o “Política Feminista e Transformação Social”. Fui convidada por Shimene Scheid, educadora da ULF, que conheceu a Universidade através da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), uma organização feminista na qual ela atua como militante:

“A Universidade Livre Feminista é um projeto de educação popular feminista, colaborativa, organizada - e muito bem organizada - de forma horizontal, com princípios que convergem com os meus dentro do movimento - de ser antipatriarcal, anticapitalista, anticapacitista e antirracista - e que se preocupa em colocar as mulheres em contato com a tecnologia - e muitas vezes é o primeiro contato delas (...) Quem constrói a Universidade faz com muito amor e muita crença no poder transformador da educação popular e das formações feministas”. Shimene Scheid, educadora da Universidade Livre Feminista e do curso Política Feminista e Transformação Social.

O trecho acima é parte de uma entrevista, posterior ao término do curso, com a educadora. Éramos um grupo de oito mulheres (uma educadora e sete educandas), todas lésbicas, participantes do curso Política Feminista e Transformação Social. Nossa educadora, inclusive, relatou na entrevista que a ideia era justamente fomentar o curso para lésbicas e bissexuais.

Um ponto interessante na nossa articulação é que nosso grupo se construiu a partir de redes de afeto, todas éramos próximas e tínhamos laços de amizade. Nossos encontros presenciais ocorreram mensalmente, na casa de algumas integrantes, e estavam sempre envoltos em um clima de descontração, conversas pessoais, trocas afetivas e oficinas de autocuidado.

Nossa educadora também costumava frisar o quanto a experiência do curso semipresencial é desafiadora por não estarmos habituadas em plataformas virtuais, mas que é extremamente importante a participação nos fóruns da plataforma. Muitas mulheres que participam dos cursos promovidos pela ULF estão tendo seu primeiro contato com feminismo, muitas estão em profunda vulnerabilidade socioeconômica, inclusive, com dificuldades de acesso à internet. Porém, mesmo com as adversidades, elas procuram o curso por ser o canal mais acessível às discussões feministas.

Isso tudo fez com que a experiência de disciplinar horários e cumprir com o cronograma fosse encarada com mais responsabilidade, pois sabíamos que estávamos lidando com um

público de mulheres em estado de carência social e que precisavam do conhecimento que tínhamos para transmitir.

A linguagem usada nos conteúdos teóricos das apostilas é simples, de fácil compreensão, justamente pensando nas mulheres que não estão inseridas em espaços acadêmicos nos quais o debate sobre gênero é mais aprofundado. A apostila do curso que participei contou com discussões sobre a conjuntura nacional, além de trazer explicações conceituais sobre o “fascismo” e o “neoliberalismo” e um debate sobre mulheres com deficiência que achei de profunda importância porque ainda é pouco trabalhado dentro do feminismo e das discussões sobre gênero.

Essa questão me levou a refletir que entrei no curso como educanda, mas também estava dialogicamente na posição de educadora. Nos espaços da educação não-formal esse *negociamento* de posições – na qual estamos aprendendo e ensinando numa relação dialógica – é possível e estimulado. Por isso, busco também tornar cambiável minha posição de educadora-docente no Emancipa. Embora nesse espaço as posições sejam mais fixas (mas nunca rígidas) do que na ULF, uma educação emancipadora se constrói com a compreensão de que os/as educandos/as não são depositários de conteúdo (FREIRE, 2014), mas sim sujeitos pensantes.

Quando falo em “negociamento de posições” procuro responder ao questionamento de Schwade e Porto (2016) sobre o que significa reconhecer o processo de ensino-aprendizagem como parte de uma realidade partilhada. Argumento que “negociar as posições” é reconhecer-se como parte de um ensino dialógico e, desse modo, compreender que as posições de educadora e de educanda são cambiáveis e não devem ser hierarquizadas.

Reconhecer esse processo é parte da pedagogia freireana e foi a forma como nós, mulheres do curso da ULF, construímos nossa ação educativa por meio de aprendizagens colaborativas.

O encontro entre esses dois espaços aconteceu na oficina realizada no Emancipa por nós do curso da Universidade Livre Feminista. A atividade, com o título “Por que existe diferença?”, foi realizada dividindo as/os participantes em três grupos: um grupo só de meninas, outro só de meninos e outro misto, nos quais cada grupo ficou responsável por discutir algumas questões colocadas por nós e escrever as respostas em cartolinas para depois debater entre todos os grupos. A dinâmica contou com a participação da professora de redação, uma das coordenadoras pedagógicas e cerca de dezessete estudantes (sete rapazes e dez meninas) do Emancipa.

O grupo das meninas ficou com as perguntas: “Qual o papel do homem? O que mudou?”; o grupo dos meninos ficou com: “Qual o papel das mulheres? O que mudou?”, e o grupo misto: “O que é feminismo? Quais as pautas?”. Cada educanda ficou responsável por mediar o debate com um dos grupos, eu mediei o grupo dos meninos.

Nessa mediação, levantamos algumas questões para suscitar o debate: Qual a origem das diferenças entre homens e mulheres? Como essas diferenças são vistas em outras sociedades? Como as diferenças afetam a vida de homens e mulheres? O que é o feminismo? Quais preconceitos as mulheres enfrentam? Quais violências o homem reproduz?

As reações de cada grupo à dinâmica foram muito interessantes. Talvez porque estivessem na presença de duas professoras (eu e a professora de redação) e da coordenadora, no momento da discussão geral (entre todos os grupos), não houve grandes exaltações. O grupo das meninas teve as respostas mais incisivas e provocativas, direcionadas principalmente ao grupo dos meninos que concordaram com quase tudo e, mesmo nas discordâncias, não levantaram grandes polêmicas, já o grupo misto teve as respostas mais conciliatórias.

O grupo dos meninos, no momento da discussão geral, reproduziu quase tudo que eu havia debatido com eles. Enquanto eu estava mediando, eles me ouviam atenciosos, com algumas dúvidas e absolutamente concordantes com tudo que eu falava. Quando eu questioneei se algum deles já havia cometido violências contra suas companheiras ou se já tinham sido abusivos, as respostas foram todas negativas.

Assim como quando questioneei se um homem gay poderia ser machista, o rapaz gay do grupo afirmou que não, já os outros quatro (todos heterossexuais) ficaram duvidosos. Quando eu afirmei que a resposta era sim, justificando o porquê, eles novamente me ouviram concordantes e reproduziram a reflexão no debate geral.

As reações desses rapazes demonstram uma realidade sobre o Emancipa e sobre o público que permanece nesse espaço: por ser uma rede de ensino comprometida socialmente com uma causa política, por levar o nome de “Cursinho Popular Marielle Franco”, as pessoas entram conscientes da postura que assumimos.

Portanto, penso em duas hipóteses para as reações positivas e concordantes dos rapazes: alguns estavam realmente concordantes, pois ali tinha uma mulher e professora de sociologia debatendo sobre machismo com homens; e alguns talvez não quisessem se indispor numa discussão discordante dentro de um espaço politicamente situado e comprometido com um projeto político.

No debate geral, houveram alguns momentos de provocação sutil direcionada ao grupo dos meninos. Perguntas – feitas num tom levemente acusatório, mas sempre descontraído –

como: “quem lavou sua cueca hoje? Quem varreu a casa?”, eram feitas com o objetivo de induzir os meninos ao erro e à confissão de que eles não faziam o que estava sendo questionado. Houve momentos em que os meninos tentavam responder, mas antes que conseguissem, eram interrompidos pelas respostas incisivas das meninas.

A intenção das perguntas era introduzir o debate sobre as violências “sutis” do cotidiano, quando os homens delegam as atividades domésticas para as mulheres deixando-as sobrecarregadas com tarefas que não são de sua obrigação, além de causar uma dupla (e tripla) jornada de trabalho que as exaure.

Assim, a atividade final do curso proporcionou a reflexão sobre a adoção de novas posturas na relação educador(a) e educando(o) e o negociação de posições para que os significados do educar e do ser educada sejam repensados e construídos na relação dialógica da prática educativa. Uma educação dialógica consiste em compreender o diálogo como central no processo de aprendizagem. Esse diálogo é o encontro dos sujeitos, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo (FREIRE, 2014).

Com isso, foi possível compreender como os espaços dentro da educação não-formal possibilitam o que Freire (2014) apontou como a reconquista de dizer a palavra para aqueles que se encontram negados a esse direito. Um dos pontos primordiais para o(a) educador(a) da educação não-formal é construir a aprendizagem junto com educandos(as) que se pronunciam e pronunciam seus mundos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”

(Paulo Freire)

O trecho acima inicia a obra de Freire (2014) sobre a Pedagogia do Oprimido e pode elucidar o que este trabalho objetivou alcançar. A categoria “oprimido” de Freire caracteriza o resultado da relação colonizadora e dominadora que se prolonga para os ambientes em que se desenvolve os processos de educação (MORETTI; ADAMS, 2011). A educação não-formal são todos os espaços de formação educativa que buscam explicar que essa relação colonizadora existe e acabar com ela para construir novos processos educativos pautados na emancipação dos(as) sujeitos.

Este trabalho teve como objetivo trazer perspectivas antropológicas sobre essas ações educativas pautadas em práticas pedagógicas libertadoras. Demonstrei, com o estudo etnográfico sobre o Emancipa e a Universidade Livre Feminista, como a educação não-formal atua em seu processo de aprendizagem com a construção de autonomias, e como esses dois espaços também se organizam como movimentos sociais de luta pela Educação Popular.

Cabe destacar, brevemente, que há um projeto político-pedagógico dos cursinhos pré-vestibulares populares desde a década de 90 – período no qual começaram a surgir no Brasil – pautando a luta pela inserção das classes populares na Universidade (PAULO, 2005).

Assim como no estudo de Nelia Regina dos Santos Paulo (2005) sobre os Pré-vestibulares para Negros e Carentes do Estado do Rio de Janeiro, no qual a autora afirma que esse cursinho objetiva também a formação de militância para as lutas populares, o Emancipa também tem como objetivo um processo pedagógico de ação política, assim como a Universidade Livre Feminista a partir de abordagens feministas.

Desse modo, esta pesquisa buscou demonstrar as possibilidades do fazer pedagógico-político e os desenlaces dessas ações educativas como insurgência no cotidiano dos(as) sujeitos(as). Esta pesquisa, comprometida politicamente com os espaços pesquisados, proporcionou a profundidade necessária para a construção de reflexões sobre a educação não-formal como um campo em construção.

Por fim, é importante dar continuidade a esta pesquisa não deve cessar e fazer “*do nosso norte o sul*” (MORETTI; ADAMS, 2011), ou seja, fazer uma ciência e uma educação emergentes das classes populares, pelas mãos dos/as – e para os/as – esfarrapados/as.

REFERÊNCIAS:

BORDA, Orlando Fals. *En torno al poder popular y la IAP*. In: *Ciencia, Compromiso y Cambio Social: textos de Orlando Fals Borda*. 1ª ed, Buenos Aires: El colectivo Lanzas y Letras, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Reflexões sobre como fazer trabalho de campo*. Sociedade e Cultura, v. 10, n.1, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. RJ, 56ªed, 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social*. RJ, v. 1, 2009.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. RJ, V.14, N.50, 2006.

METODOLOGIA DA UNIVERSIDADE LIVRE FEMINISTA. *Universidade Livre Feminista*. Disponível em: < <https://feminismo.org.br/> > . Acesso em: 09 agosto. 2019.

MORETTI, Cheron Zanini; ADAMS, Telmo. *Pesquisa Participativa e Educação Popular: epistemologias do sul*. Educ. Real, Porto Alegre, v. 36, n.2, 2011.

NETO, João Colares da Mota. *Por uma pedagogia decolonial na América Latina: Convergências entre a Educação Popular e a Investigação-ação participativa*. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 26, n. 84, 2018.

PAULO, Nelia Regina dos Santos. *MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO POPULAR: um estudo sobre os Pré-vestibulares para Negros e Carentes do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2005.

SCHEID, Shimene. Entrevista concedida a Juliette Scarlet Galvão Aires Santos. Natal/RN, 18 de julho, 2019.

SCHWADE, Elisete; PORTO, Roseli. *O Ensino de antropologia na capacitação de educadoras/es: experiências subjetivas em processo*. Revista ANTHROPOLOGICAS, 2016.

SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia*. 1ª ed, 1ª reimpressão, 2006.